



Contrato n.º 282/2022

**Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo
Entre Município de Oeiras e Clube Escola de ténis de Oeiras**

**Apoio ao desenvolvimento de projetos pontuais
no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo de Oeiras**

Preâmbulo

Considerando que: ____

A) A prática de atividade física e desportiva é reconhecidamente um fator de desenvolvimento pessoal e coletivo, sendo inequívocas as evidências do impacto na saúde e qualidade de vida. ____

B) As crianças e jovens gostam de jogar e competir, mas nem sempre têm oportunidade de o fazer fora dos contextos formais. De uma forma geral, a brincadeira livre está cada vez mais condicionada, e os jogos informais na rua ou jardim praticamente desapareceram. A prática desportiva das crianças e jovens enquadra-se maioritariamente em clubes ou, a partir do 2.º ciclo, no desporto escolar. Embora exista uma preocupação em dar oportunidade de participação a todos, estes quadros competitivos são por natureza mais orientados para o resultado, e por isso seletivos. ____

C) Face a estas evidências e tendências, e reconhecendo a importância do desporto informal e do jogo por si só, o Município de Oeiras estabelece os JOGOS DE OEIRAS com o objetivo de proporcionar a toda a população, quadros competitivos simplificados e Encontros de modalidades, que potenciam a prática desportiva tendo por base os princípios da participação e diversão. ____

D) O sucesso desta iniciativa reflete-se nos números de participantes e participações, mas fundamentalmente nos relacionamentos criados entre os diferentes agentes desportivos, escolas e famílias do Concelho, potenciando a prática regular de desporto.____

E) A 3ª edição dos Jogos de Oeiras, ocorreu em contexto pandémico, tendo sido o seu modelo organizativo adaptado para incluir apenas atividades de baixo risco de contágio. Este modelo, a par da paragem verificada no sistema desportivo, em particular nas modalidades coletivas, traduziu-se numa maior participação de grupos informais.____

F) Assim, e após o balanço do trabalho realizado, entendeu-se relevante criar um modelo de organização que seja apelativo tanto aos clubes como para os grupos informais, sendo que os encontros serão diferenciados por nível de prática e irá existir a vertente experimentação em modalidades que, sem prática regular, não permitem o envolvimento em competição.____

G) Neste contexto, será criado um eixo importante de intervenção para envolvimento de crianças e jovens que ainda não estejam envolvidos no sistema desportivo, através de uma ligação mais profícua com as Associações de Pais e restante comunidade escolar, materializada através de ações promotoras de atividade desportiva em ambiente escolar.____

H) Por outro lado, no âmbito do envolvimento das associações desportivas, os encontros serão organizados diretamente pelas coletividades, cujo quadro competitivo terá diferenciação entre participantes com e sem experiência de prática, com quadros competitivos adaptados, irão ainda, nas modalidades que se adequem, proporcionar momentos de experimentação que envolvam as famílias, para que, por esta via, os Jogos de Oeiras sejam ainda uma via para promover a captação de novos praticantes.____



I) O Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Oeiras, doravante designado RAAD, publicado em Diário da República no Edital n.º 1223/2015, 2.ª série, n.º 254, de 30 de dezembro, prevê o apoio a entidades coletivas sem fins lucrativos com sede no concelho que desenvolvam atividades de interesse municipal, no âmbito da atividade física e do desporto, sob a forma de comparticipação financeira ao desenvolvimento de projetos pontuais (artigos 1.º, alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º, e artigo 3.º); ____

J) Foi observado o procedimento disciplinado nos artigos 4.º e 5.º e 7.º a 9.º do RAAD, a Câmara Municipal de Oeiras aprovou a atribuição de uma comparticipação financeira ao Clube Escola de Ténis de Oeiras para apoio à 4ª Edição dos Jogos de Oeiras, via proposta de deliberação n.º 346/2022, de 27.04.2022. ____

É celebrado o presente Contrato-Programa, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 46.º e 47.º da suprarreferida Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, no Decreto-Lei n.º 273/2009, que estabelece o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º, e nas alíneas o), u) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de janeiro, todos na sua redação atual, e na sequência de deliberação camarária acima indicada, com base na Informação n.º INT-CMO/2021/27179, de 11 de novembro de 2021, entre: ____

Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público número **500 745 943**, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, representado por ***Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves***, _____ com domicílio necessário no edifício dos Paços do Concelho, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal cujos poderes lhe são conferidos por delegação de competências, nos termos do despacho n.º 97/2021, de 29 de outubro, adiante designado por **MUNICÍPIO** ou **PRIMEIRO OUTORGANTE**; ____

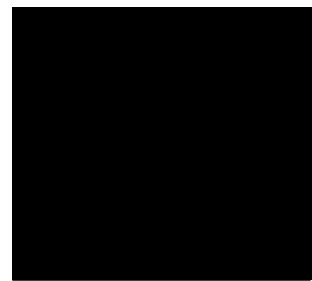
E

Clube da Escola de Ténis de Oeiras, associação de direito privado e utilidade pública, com sede no Complexo de Ténis, Rua Arthur Brandão, s/n, à Alameda Conde de Oeiras, Nova Oeiras, freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, concelho de Oeiras, distrito de Lisboa, entidade com os documentos depositados na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, matriculada sob o número único de matrícula e pessoa coletiva **500 735 077**, neste ato representado por **Mário João de Almeida e Paiva**, titular do cartão de cidadão [REDACTED] emitido pelas autoridades competentes da República Portuguesa e válido até [REDACTED] e por **João Carlos Martins Valadas**, titular do cartão de cidadão [REDACTED] emitido pelas autoridades competentes da República Portuguesa e válido até [REDACTED] ambos com domicílio profissional na sede do Clube, seu representado, nas qualidades de Presidente e Vice-Presidente da Direção (biénio 2020/2021), respetivamente, os quais têm poderes confirmados, para outorgar o presente contrato, pela consulta *on line*, efetuada à certidão permanente do registo comercial, com o código de acesso [REDACTED] subscrita em 11.02.2022 e válida até 11.05.2023, adiante designada por **SEGUNDO OUTORGANTE**;___

Que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelo disposto nos artigos 19.º a 31.º do Decreto-Lei n.º 273/2009 e, supletivamente, com as devidas adaptações, na Parte III do Código dos Contratos Públicos, ambos na sua redação presentemente em vigor: ___

Cláusula 1ª **(Objeto)**

O presente Contrato-Programa tem por objeto a comparticipação financeira para os encargos com a organização e o enquadramento técnico resultante da colaboração do **SEGUNDO OUTORGANTE** no apoio à organização do 1.º Encontro de Ténis da 4.ª Edição dos Jogos de Oeiras, no âmbito do plano de ação específica “4ª edição dos Jogos de Oeiras” que constam do Anexo I a este contrato-programa e que dele faz parte integrante. ___



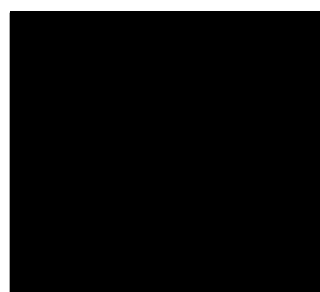
Cláusula 2^a
(Valor de Participação)

Para a viabilização do(s) projeto(s) descritos na cláusula 1.^a, é concedido pelo **PRIMEIRO OUTORGANTE** ao **SEGUNDO OUTORGANTE** o montante máximo de **1.530,00€** (mil quinhentos e trinta euros), até ao termo de vigência do presente contrato.____

Cláusula 3^a
(Regime de Participação)

- 1 O montante a atribuir no valor de **1.530,00€** (mil quinhentos e trinta euros) será processado através de uma transferência, a realizar de acordo com a disponibilidade financeira de tesouraria do Município, até ao limite de 31 de dezembro do corrente ano.____
- 2 O presente regime de participação e respetiva transferência não ficará sujeito a quaisquer outros índices ou indicadores de evolução de preços, para além dos que se estabelecem no presente contrato.____
- 3 A alteração dos fins a que se destina a verba prevista no número um da presente cláusula só pode ser feita mediante autorização expressa do **PRIMEIRO OUTORGANTE**, com base numa proposta concreta e fundamentada a apresentar pelo **SEGUNDO OUTORGANTE**.
- 4 O encargo resultante do presente contrato-programa será satisfeito pelo Município pela dotação orçamental seguinte: classificação orgânica – 02 Câmara Municipal; classificação económica 040701 – Instituições sem fins lucrativos e encontra-se cabimentada na rubrica 2022/152.1 – Apoio Associativismo Desportivo – Atividades Regulares, tendo-lhe sido atribuída a ficha de compromisso com o número sequencial 1930851, emitido em 03.05.2022.____





Cláusula 4ª
(Obrigações do Segundo Outorgante)

São deveres do **SEGUNDO OUTORGANTE**:_____

- a) Executar o programa de desenvolvimento desportivo objeto do presente protocolo, de forma a atingir os objetivos corresponsivos, aplicando os apoios atribuídos aos fins a que expressamente se destinam, respeitando as condições e finalidades estabelecidas; _____
- b) Consentir o acompanhamento e controlo pelo Município do cumprimento das obrigações legais, regulamentares e contratuais a que está adstrita, bem como prestar todas as informações que lhe forem solicitadas;_____
- c) Organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação dos apoios atribuídos pelo Município, bem como disponibilizá-la aos serviços municipais, sempre que solicitada, nomeadamente no âmbito do acompanhamento e controlo previsto na alínea anterior considerando-se, para o efeito, qualquer documento de despesa, legal e fiscalmente aceite, que demonstre os pagamentos efetuados por força da execução do programa;_____
- d) Entregar, até dia 31 de Dezembro 2022, um relatório final que verse a execução técnica e financeira do programa;_____
- e) Entregar, até dia 31 de dezembro 2022, a seguinte documentação:_____
 - i. Relatório Anual e Conta de Gerência, acompanhado da cópia da respetiva ata de aprovação pela Assembleia Geral do **SEGUNDO OUTORGANTE**;_____
 - ii. O parecer do Conselho Fiscal nos termos legais, acompanhado da Certificação Legal de Contas, quando aplicável, nos termos do disposto no artigo 20º do Decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro;_____
 - iii. Balanço, Demonstração de Resultados e respetivos Anexos, nos termos legais;
- f) Disponibilizar o acesso às instalações ou locais de atividade, para efeitos de acompanhamento e controlo dos apoios atribuídos pelo Município._____



- g) Publicitar o apoio recebido do Município de Oeiras por menção expressa no relatório de atividades. ____

Cláusula 5ª

(Incumprimento das obrigações do Segundo Outorgante)

1. O incumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato dá lugar à suspensão das participações financeiras, presentes e futuras, designadamente quando o **SEGUNDO OUTORGANTE** não cumpra:____
 - a) As obrigações referidas na cláusula 4ª;____
 - b) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor, nomeadamente as de natureza fiscal e para com a segurança social.____
2. Pelo incumprimento culposo do disposto na cláusula 4ª, pode o **PRIMEIRO OUTORGANTE** resolver o presente contrato e ser ressarcido de todas as quantias pagas.
3. O **SEGUNDO OUTORGANTE** obriga-se ainda a restituir ao **PRIMEIRO OUTORGANTE** os montantes recebidos que não tenham sido aplicados na execução do programa de atividades objeto do presente contrato.____

Cláusula 6ª

(Sistema de acompanhamento e controlo de execução do programa)

1. Nos termos do nº 1 do artigo 19º do Decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro, compete ao **PRIMEIRO OUTORGANTE**, através dos respetivos serviços municipais competentes ou de entidade externa contratada para o efeito, fiscalizar a execução do presente contrato, podendo realizar inspeções, inquéritos e sindicâncias.____

2. Qualquer das diligências de acompanhamento e controlo referidas no ponto anterior deverá ser notificada, por escrito, ao **SEGUNDO OUTORGANTE**, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis.____
3. De modo a acompanhar permanentemente a execução contratual, é designada a [REDACTED] da Divisão de Desporto [REDACTED] como gestor deste contrato, nos termos do artigo 290º A, do Código dos Contratos Públicos.____

Cláusula 7ª

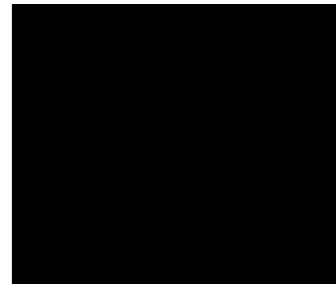
(Resolução do Contrato-Programa)

- 1 Para além das causas de resolução previstas no n.º 2 da cláusula 5ª, pode o **PRIMEIRO OUTORGANTE**, nos termos do disposto no artigo 29º do Decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro, resolver o contrato, a todo o tempo, caso se venham a verificar outras faltas ao cumprimento, designadamente no que tange ao objeto definido na cláusula 1ª, obrigando-se o **SEGUNDO OUTORGANTE** a restituir as quantias até ao momento pagas.____
- 2 A resolução do contrato deverá ser notificada por escrito ao **SEGUNDO OUTORGANTE**, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis.____

Cláusula 8ª

(Modificação do Contrato-Programa)

1. O presente contrato pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21º do Decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro.____
2. Qualquer alteração ou adaptação ao programa objeto do contrato, no que respeita aos resultados e objetivos de natureza desportiva, carecem de prévio acordo expresso do primeiro outorgante.____
3. Todos os aditamentos e alterações só serão válidos e eficazes se realizados por escrito, com expressa menção das cláusulas revogadas, aditadas ou alteradas.____



Cláusula 9ª
(Vigência do Contrato)

1. O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo é referente ao ano de 2022, tendo início na data da sua outorga e termo a 31 de dezembro, sendo improrrogável.____
2. O presente contrato programa somente produz efeitos a partir da data da sua publicação, nos termos do previsto no número 1 do artigo 14º do Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.____
3. O presente contrato pode ainda cessar a vigência nos termos do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.____

Cláusula 10ª
(Caducidade do Contrato-Programa)

O presente contrato caduca quando por motivos supervenientes, não imputáveis às partes, seja manifesta e objetivamente impossível realizar o seu objeto ou atingir os respetivos objetivos.

Cláusula 11ª
(Disposições Finais)

1. Os litígios emergentes da execução do presente contrato são submetidos à arbitragem nos termos do artigo 31º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.____
2. Da decisão proferida pela instância arbitral cabe recurso nos termos da lei.____
3. Nos termos do artigo 27º do Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, conjugado com o artigo 4º da Lei nº 64/2013, de 27 de agosto, o presente contrato será objeto de publicação nos termos da lei.____
4. Em tudo o que seja omissis o presente contrato serão aplicadas as disposições legais em vigor.____



E, para constar, se lavrou o presente contrato, em duas vias de igual teor, que vai ser assinado por ambos os outorgantes, perante mim, [REDACTED] na qualidade de Oficial Pública, nomeada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, n.º 94/2021 de 26 de outubro, nos termos do disposto no artigo 35º, n.º 2 da alínea b), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o fiz escrever e também assino.____

Oeiras, 18 de maio de 2022____

Pelo Primeiro Outorgante

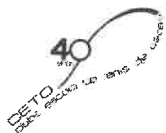
[REDACTED]
Francisco Rocha Gonçalves

Pelo Segundo Outorgante

[REDACTED]
Mário João Paiva
[REDACTED]

A Oficial Pública

[REDACTED]
João Carlos Valadas



CETO - CLUBE ESCOLA DE TÉNIS DE OEIRAS

pessoa colectiva de utilidade pública nº. 500 735 077

(DR nº. 18 – II Série de 22/01/1983)

ORÇAMENTO JOGOS DE OEIRAS 2022 – TÉNIS

Coordenadora	150€
Monitores de campo 12 x 60€	720€
Juiz-árbitro	150€
Treinador (Experimentação)	80€
Rececionista / fotógrafa	60€
Alimentação: 17 almoços e lanches x 10€	170€
Organizador (JCS)	200€
TOTAL	1.530 €
Campos de Ténis	Oferta do CETO